



A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PARAÍBA E AS PRÁTICAS DOCENTES: CAMINHOS E DESAFIOS

Maria Alcilene Vitória Batista Aires ¹
Aracele Barbosa Gomes ²

RESUMO

As mudanças no currículo do Ensino Médio tem sido uma realidade que suscita amplos debates em diversas esferas. Diante desse cenário é essencial refletirmos sobre algumas questões, dentre estas: quais os efeitos dessas mudanças no processo de ensino-aprendizagem? De que maneira os profissionais da educação têm vivenciado essas mudanças e qual o reflexo dessas em suas práticas? Mediante problematizações como essas, bem como, visando ampliação dessa temática, pautamo-nos em autores(as) como, Macedo (2014), Kuenzer (2017), Frigotto (2017), Handfas (2017). Para alcançar os objetivos propostos nesse trabalho adotou-se a pesquisa bibliográfica de cunho explicativa e exploratória, para analisar a realidade da implantação e das práticas pedagógicas nas Escolas Cidadãs Integrais na Paraíba. Dessa forma, para além de buscarmos compreender a estrutura do Ensino Médio na educação estadual hoje, procuramos identificar quais os desafios enfrentados pelo corpo docente das referidas escolas, especialmente os professores de Sociologia. A partir dos dados apresentados, e com as mudanças que houveram no currículo do NEM, muitas áreas tem perdido carga horária para ampliação da parte diversificada. Mudanças essas que tem fragilizado não apenas a consolidação de algumas disciplinas, mas também a identidade do professor, que por muitas vezes acaba por possuir uma carga horária maior de outra disciplina, do que mesmo de sua área de formação.

Palavras-chave: Educação Integral, Prática docente, Sociologia.

INTRODUÇÃO

No Brasil, nas últimas décadas, as mudanças no currículo do Ensino Médio tem sido uma realidade que suscita amplos debates em diversas esferas, para compreendê-las faz-se necessário revisitar alguns marcos importantes nessa trajetória, primeiramente, é válido citar a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio que foi apresentada pelo Ministério da Educação (MEC), reforçado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), em 2015. Essa primeira, continha em seu texto a base para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

¹ Professora da Educação Básica na Rede Estadual de Educação da Paraíba e Pós-graduada pelo Mestrado Profissional se Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal de Campina – UFCG/CDSA, alcilenevitoria@hotmail.com;

² Professora da Educação Básica na Rede Estadual de Educação da Paraíba e Pós-graduada pelo Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CDSA, aracele_sume@hotmail.com;



A segunda versão da BNCC foi lançada em 2016, submetida aos Seminários Estaduais para avaliação e contribuições. No mesmo ano, foi lançada a Medida Provisória (MP) 746/2016, que objetivava organizar os currículos do Ensino Médio, ampliando progressivamente sua jornada escolar e criando a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2016). Em 2017, o então presidente da República, Michel Temer lança a BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, retirando a parte que contempla o Ensino Médio. Com a aprovação da Medida Provisória 746/2016 entra em vigor a lei 13.415/2017 que trazia em seu texto mudanças em relação a carga horária do Ensino Médio e seu currículo.

Feito essa contextualização, citamos o Novo Ensino Médio (NEM), enquanto realidade nos currículos das escolas brasileiras a partir desse ano 2022, apresentando mudanças em sua estrutura, como ampliação da carga horária, e mais flexibilidade de escolha aos educandos, tendo em vista os Projetos de Vida de cada jovem, considerando ainda as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade, propondo assim um efetivo protagonismo por parte dos estudantes.

Diante desse cenário de tantas mudanças sente-se a necessidade e o desafio de se identificar e analisar o que os estudiosos/pesquisadores estão produzindo acerca da atual reforma do currículo do Ensino Médio, visando respostas para questionamentos do tipo: Quais os efeitos, na prática, dessa reforma? Quais conflitos são percebidos nesse sentido? De que maneira os profissionais da educação receberam tais mudanças? Mediante problematizações como essas, bem como, visando ampliação dessa temática, pautamo-nos em autores(as), como Neri (2009), Macedo (2014), Kuenzer (2017), Frigotto (2017), Handfas (2017), visando respostas para essas problematizações.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, adotou-se a pesquisa explicativa, para a compreensão da evolução histórica da educação integral no país, e de cunho exploratória, para analisar a realidade deste regime de ensino na atualidade, a partir da implantação das Escolas Cidadãs Integrais na Paraíba, utilizando os dados disponibilizados no site da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT).

Segundo Gil (2010), pode-se definir uma pesquisa como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Portanto, toda investigação surge a partir de algum problema observado/vivenciado.

Nesse sentido, através de pesquisa bibliográfica buscaremos refletir sobre as mudanças no currículo educacional das instituições de ensino em nosso país, e no estado da Paraíba, com o intuito de compreender sobre a estrutura do Ensino Médio hoje, no chão das escolas, bem como o papel que ocupa o corpo docente das escolas, especialmente os professores de Sociologia, frente ao contexto do surgimento dos profissionais com “notórios saberes”.³

A partir da pesquisa bibliográfica foi feito um levantamento das discussões acerca do Novo Ensino Médio e do processo de implantação das escolas integrais no Estado da Paraíba. Para isso, realizamos, inicialmente, um levantamento sobre o que já foi produzido e publicado em livros, artigos, publicações de eventos e congressos. Em seguida fizemos um estudo dos documentos regulatórios sobre a implantação das escolas integrais no Estado da Paraíba e a efetivação do currículo nessas instituições

No intuito de aprofundar o conhecimento da realidade, a pesquisa também se caracteriza com objetivo explicativo, o qual teve como propósito identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de fenômenos relacionados à realidade da prática docente dos professores de disciplinas com carga horária reduzida. Nesse caso, analisaremos de forma mais específica a realidade dos professores de Sociologia, visando o esclarecimento e os fatores que contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno (SANTOS, 2007).

O ENSINO MÉDIO EM MUDANÇAS

Falar sobre a Educação Básica no Brasil nos dias atuais, especialmente no Ensino Médio, é falar de um nível de ensino considerado muito importante na vida dos jovens estudantes, por se apresentar enquanto possibilidade a definir o seu futuro, tanto na perspectiva acadêmica, quanto em relação a questão de trabalho.

As pesquisas e estudos sobre esse tema deixa claro que esse nível de ensino, tem passado por diversas mudanças no currículo educacional, mudanças essas que são discutidas desde a década de 1990, e que se tornou centro de mais uma reforma, a partir de uma atualização no ano de 2018 através do parecer nº 3, de 21 de novembro de 2018, da Lei 13.415/2017, lei essa que altera a LDB.

Nesse contexto, merece destaque especial a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento que determina as competências (gerais e específicas), as habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da

³ Profissionais que atuam no Magistério sem curso de Licenciatura na área específica.



educação básica, determinando que essas competências, habilidades e conteúdos devem ser os mesmos, independentemente do lugar onde residam os educandos.

Através das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) que foram aprovadas em maio de 2011 e atualizadas em 2018 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a estrutura curricular do Ensino Médio ganhou uma nova identidade, de acordo com o documento, o currículo do Ensino Médio passa a ser composto por Formação Geral Básica e pelos Itinerários Formativos.

No estado da Paraíba, a implantação do Novo Ensino Médio (NEM), tem início em 2022, assim como aconteceu nos demais estados da federação brasileira, legitimada pelos seguintes documentos: Plano Estadual de Educação da Paraíba, Lei nº 10.488-/2015, Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba (PCEM/PB), e a Normativa 410/2021 - Novo Ensino Médio. Em acordo com tais documentos, essa medida está sendo implementada de forma gradual.

Essa Reforma do Ensino Médio, dentre outros elementos, define a ampliação progressiva da carga horária no Ensino Médio da seguinte maneira: Ensino Regular: com matriz curricular 3.000 horas anuais; Ensino Integral: com matriz curricular superior a 3.600 horas anuais; Ensino Integral Técnico: com matriz curricular de 4.200 horas anuais; Ensino Regular Técnico e Profissional: com matriz de 3.000 horas anuais ou superior.

Um outro aspecto modificado por essa reforma diz respeito a como se organiza a matriz curricular, a saber: a Formação Geral Básica (FGB) que é a parte comum no Novo Ensino Médio, obrigatória nas escolas em todo o território nacional, composta pelas Competências e Habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, correspondendo a 60% da carga horária, cujos componentes, nas suas respectivas áreas, são: Área de Linguagens e suas Tecnologias - Área de Matemática e suas Tecnologias –Área de Natureza e suas Tecnologias - Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Bem como, os Itinerários Formativos (IF), que são aquelas disciplinas que serão escolhidas pelo estudante segundo seus interesses e possibilidades, considerando as ofertas da rede escolar. Os Componentes Curriculares das Eletivas⁴ fazem parte da flexibilização do currículo do Novo Ensino Médio, com o objeto que conectar o ensino ao Projeto de Vida de cada estudante e de aprofundar as Unidades Temáticas propostas na (BNCC).

⁴ São disciplinas temáticas, oferecidas semestralmente, propostas pelos(as) professores(as), levando em consideração as necessidades de aprendizagem e os sonhos dos estudantes e objetivando diversificar, aprofundar e enriquecer os conteúdos trabalhados pelas disciplinas da BNCC e da Base Técnica.



Ressalta-se o destaque dado para o IF de “Projeto de Vida”, enquanto eixo central do modelo de escola Cidadã Integral, que objetiva oportunizar a reflexão e a ação de competências e habilidades necessárias para viver e trabalhar no contexto da contemporaneidade, considerando as escolhas individuais e os caminhos que cada jovem deseja seguir. Esse IF estrutura-se nas seguintes competências: Comunicação, Argumentação, Autogestão, Autoconhecimento/Autocuidado, Empatia e Cooperação e Autonomia. Nesse contexto, o papel do professor é atuar como um mediador para que os estudantes possam encontrar seus propósitos, criar seus sonhos e desenvolver as habilidades necessárias para colocá-los em prática, a partir de uma visão positiva.

A EDUCAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA E O MODELO DE ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL

Nos últimos anos a educação integral tornou-se um tema vigente nos debates educacionais. A criação da Lei N° 13.005, elaborada em 2014, a qual aprovou o Plano Nacional de Educação⁵ (PNE), determinou a educação integral como objetivo para o Ensino Básico e estabelece como uma de suas metas até 2024 “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica” (BRASIL, 2014).

Assim como enfatizado pela meta 6 do PNE, a educação integral deve levar em consideração um projeto pedagógico o qual amplie as atividades desenvolvidas no período escolar, e não apenas a ampliação do tempo escolar como único parâmetro, atendendo assim, o pressuposto de uma formação global e integradora.

Em 2015, por meio da Lei n. 10.488, o governo da Paraíba aprovou o Plano Estadual de Educação (PEE)⁶, com vigência entre 2015 a 2025. Este documento possui vinte e oito metas, sendo vinte delas equivalente às metas previstas no PNE 2014-2024 e algumas delas adaptadas para a realidade do Estado. Neste documento tem-se ainda oito metas elaboradas especificamente no intuito de atender pontos exclusivos para a educação do Estado.

No Estado da Paraíba o projeto de educação integral começou a ser pensado no ano de 2015, como citado anteriormente, em escolas localizadas em João Pessoa, na capital do Estado,

⁵ O Plano Nacional de Educação é um instrumento que auxilia no planejamento e à execução das políticas públicas do setor através de 20 metas estabelecidas e que devem ser executadas durante o período de uma década (2014 e 2024). Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em 07 abr. 2019.

⁶ Para obter o Plano Estadual de Educação da Paraíba, acessar: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/07/Lei-n%C2%BA-10.488-Plano-Estadual-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-ANEXO-DO-PLANO-ESTADUAL-1-3-1.pdf>>



através do Programa Escola Cidadã Integral sob o Decreto Nº 36.408/2015. No ano seguinte em 2016, foi implantado em 8 (oito) escolas e desde então esse número vem se ampliando a cada ano. Em 2018 o então governador da Paraíba, Ricardo Coutinho transforma a ideia inicial em uma Política Pública de Estado através da Lei Nº 11.100/18, criando assim o Programa de Educação Integral, nascido pela composição das Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas – ECIS (PARAÍBA, 2020). Essas modalidades de oferta do ensino médio no referido Estado, tem tido apoiadores e críticos, porém, não é de nosso interesse neste trabalho avaliar e discutir tal política podendo está vir a ser uma atividade feita em outras oportunidades.

Tomando como referência as metas do PNE, o programa de educação integral, tem por foco o projeto de vida do estudante e em sua preparação para o mercado de trabalho. Esse modelo de ensino (Escolas Cidadãs Integrais – ECIs) trouxe mudanças nas ferramentas de gestão e na área pedagógica, enfatizando o uso de procedimentos e metodologias inovadoras.

A modalidade de ensino médio em tempo integral⁷ define que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural, sendo este um projeto compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

A cada ano a Paraíba tem ampliado o modelo totalizando em 2020, 229 escolas em todo o Estado, de acordo com as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (PARAÍBA, 2020). Dessa forma, o modelo de escolas integrais na Paraíba está centrado no desenvolvimento do Projeto de Vida⁸ do Estudante, de modo que todas as ações devem movimentar três eixos formativos: Formação Acadêmica de Excelência, Formação de Competências para o Século XXI e Formação para a Vida. A organização curricular obedece a matriz da BNCC (disciplinas regulares), e possui uma parte diversificada, como Projeto de Vida/Pós-médio, Estudo Orientado, Práticas Experimentais, Colabore e Inove, Disciplina Eletivas, Vivências em Protagonismo Juvenil. Segundo as Diretrizes,

O objetivo é oferecer os fundamentos de uma escola inclusiva e que visa formar o cidadão para os desafios do século XXI, como também para as exigências profissionais colocadas pelo mundo contemporâneo, tendo como ponto de partida o educando e buscando desenvolver os pilares essenciais para a formação de indivíduos que possam contribuir com a sociedade a partir de sua autonomia, das diferentes competências, tudo isso centrado no incentivo e desenvolvimento do protagonismo juvenil. (PARAÍBA, 2021, p.17)

⁷ Para maiores informações, você pode acessar <<http://querointegral.com.br/pb/>> e conhecer um pouco mais sobre a Escola Cidadã Integral da Paraíba.

⁸ Segundo as Diretrizes Operacionais das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas da Paraíba 2020, Projeto de Vida “é a centralidade da Escola Cidadã Integral e busca refletir as múltiplas dimensões da identidade dos jovens ainda em formação” (PARAÍBA, 2020b, p.15)



A escola de Ensino Médio Integral Técnico tem como diferencial das Escolas Cidades Integrais os cursos técnicos, que visam à formação dos jovens para atuarem no mercado de trabalho. Ao concluir o ensino médio nessa modalidade o jovem obtém dois diplomas: o médio e o técnico. Sua organização curricular obedece à mesma estrutura das Escolas Cidades Integrais, sendo acrescidas as disciplinas dos cursos técnicos que podem variar de acordo com cada região de ensino.

Ao ofertar o Ensino Integral Técnico a Secretaria Estadual de Educação realiza um mapeamento das potencialidades econômicas, social e cultural de cada região, no intuito de promover ao estudante uma formação que promova sua profissionalização dentro de sua região. Como destaca Neri (2009), se faz necessário que o jovem encontre na escola a motivação para mantê-lo dedicado aos estudos ao invés de ingressar de forma precoce no mercado de trabalho.

A REALIDADE DO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA DIANTE DO ATUAL CENÁRIO DE MUDANÇAS NO CURRÍCULO

A Reforma do Ensino Médio apresentou-se totalmente contrária aos avanços e as orientações adquiridas e estabelecidas no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014). Diferentemente do que foi proposto no Plano Nacional de Educação percebe-se que atualmente os interesses do campo educacional têm seus fundamentos nas políticas neoliberais e no interesse capital dos empresariados. É notório a participação cada vez maior de setores e organismos internacionais, que não são do campo educacional, e que na verdade não possuem interesses em resolver as questões voltadas para a educação e para a qualidade do ensino, mas seus interesses estão voltados para os aspectos políticos e principalmente as demandas econômicas.

De acordo com Macedo (2014), as instituições financeiras e empresas que estiveram envolvidas no processo de elaboração da BNCC, apresentaram influência direta sobre os assuntos educacionais seja diretamente nas políticas educacionais, ou na elaboração dos currículos das escolas.

Sabe-se que as Reformas Curriculares devem e precisam ser construídas no diálogo com a sociedade como um todo (gestores e especialistas da educação) e, especialmente, com professores e toda a comunidade escolar.

Posto um desenho geral das mudanças ocorridas no currículo do Ensino Médio nas escolas brasileiras e paraibanas, faz-se necessário uma análise acerca de todo o processo, à luz

dos olhos dos profissionais/professores que são atores que desempenham significativo papel nesse cenário. Concordamos com Kuenzer (2017) no sentido de observar que a flexibilização apontada pela Lei atinge diretamente os docentes, principalmente os da educação técnica e profissional, que poderão ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação desde que comprovado o seu “notório saber” por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública, privada ou em corporações.

Sendo assim, vale considerar a BNCC enquanto possibilidade de criar metas, de propor diferentes formas de pensar e de fazer um nível de ensino que contemple as necessidades e anseios dos jovens do Brasil. Porém, vale considerar o pensamento de Neira, Junior e Almeida (2016, p. 32) “[...] a produção científica sobre o tema vem mostrando que os currículos, de alguma maneira, interferem na constituição das identidades dos sujeitos da educação, não só das crianças, jovens e adultos que frequentam a escola, mas também dos profissionais que nela atuam”.

Verifica-se que essa dessemelhança relacionada à formação e atuação dos professores é um fenômeno presente em todas as áreas do conhecimento na educação do nosso país e não diferente, do Estado. Entretanto, com a implementação do NEM tem se apresentado de modo mais perceptível nas disciplinas com carga horária reduzida.

Essa problemática atinge, diretamente, aqueles professores que são licenciados em determinadas áreas, e que têm no currículo uma carga horária reduzida em relação a outros componentes curriculares, a exemplo das disciplinas de Sociologia e Filosofia, componentes da área de Ciências Humanas e Sociais, que dispõe de apenas uma hora/aula por série. Esse fato tem acarretado que esses profissionais precisem completar sua carga horária com disciplinas da Parte diversificada, como Projeto de Vida e Pós Médio.

Dessa forma, a grande incidência de professores de Sociologia atuando com maior carga horária nessas disciplinas da parte diversificada do currículo resulta na formação de uma identidade genérica de um docente que não possui um lugar definido no sistema educacional, precarizando assim o espaço da Sociologia no contexto escolar, e conseqüentemente comprometendo significativamente uma maior consolidação dessa disciplina no currículo escolar do Ensino Médio.

Problemática esta que vem se intensificado nestes últimos três anos, uma vez que tem se propagado no país políticas educacionais pensadas para os interesses de mercado e não para a qualidade do ensino. Buscando promover a valorização do mercado empresarial através da educação, criando poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo negócio, provocando assim o desmanche do setor público e da escola pública, como enfatizado por Frigotto (2017).



A aprovação da Lei que promoveu a Reforma do Ensino Médio tomou como referência a Base Nacional Curricular Comum⁹ (BNCC), a qual foi aprovada em abril de 2018, tornando-se assim a orientação sobre os conteúdos que serão ensinados obrigatoriamente nas escolas brasileiras, a qual separa o ensino por áreas (Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática), além de indicar apenas as disciplinas de Português e Matemática como disciplinas obrigatórias nas três séries do Ensino Médio. Ressaltamos que tais mudanças não necessariamente beneficiam a qualidade desejada para a educação.

Diante desse contexto, após pouco mais de uma década de continuidade na educação básica a Sociologia volta a ser ameaçada e a fazer parte de um quadro de disputas no âmbito do currículo. Todo o progresso conquistado para/no ensino da Sociologia em torno das práticas de ensino, metodologias, construção de experiências, recursos, livros didáticos, congressos e espaços para a reflexão do ensino, pode sofrer uma interrupção que influenciará a estabilidade e a afirmação necessárias ao desenvolvimento da disciplina (HANDFAS, 2017). Elementos que quando bem elaborados e desempenhados com certeza possibilitam uma transposição exitosa dos conteúdos acadêmicos para os estudantes do ensino médio.

Diante do exposto, percebemos que o intuito de ofertar uma formação baseada no desenvolvimento de “competências”¹⁰, é possibilitar aos jovens que estes venham a se adaptar às necessidades que o mercado exige, de forma que sejam capazes de empregar o conhecimento para encontrar novas formas de agir, não como meio de transformação social, mas como adaptação aos interesses do mercado. Visivelmente voltado para as exigências e necessidades da formação de mão de obra, como demonstra Marsiglia *et. al.* (2017, p. 118),

Ao enfatizar as “habilidades”, as “competências”, os “procedimentos” e a “formação de atitudes”, e não destacar os conteúdos escolares, o trabalho educativo e o ensinar, o documento traz uma perspectiva que visa adaptar os alunos ao mercado de trabalho ou, mais propriamente, ao “empreendedorismo”. Ou seja, com o crescente desemprego e a conseqüente diminuição do trabalho formal, o objetivo dessa formação é preparar os filhos da classe trabalhadora para o mundo do trabalho informal e precarizado, compatível com as novas demandas do capital para este século, voltadas para a acumulação “flexível” (MARSIGLIA *et. al.*, 2017, p. 118).

É importante salientar que este cenário se aproxima do que já foi vivenciado na educação brasileira na década de 1990, quando da criação e implantação dos PCNEM. Este por sua vez, atendia aos interesses da classe empresarial, contrapondo-se ao que se esperava da educação

⁹Para saber mais sobre a BNCC (2017) e ter acesso ao documento completo acessar: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

¹⁰Dentro da proposta da BNCC (BRASIL, 2017a) as competências correspondem à mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

pública, que era a garantia de conhecimentos historicamente sistematizados e uma formação humana emancipatória para as novas gerações.

Portanto, os efeitos resultantes da aprovação da Lei Nº 13.415/2017 mostram que além de serem preocupantes para a legitimação e permanência da disciplina de Sociologia – vista como perigosa perante os interesses capitalistas, na educação básica é preocupante também para a história da educação nacional como um todo, pois resultará não só em uma precarização e esvaziamento do ensino, mas também no desaparecimento de conhecimentos que foram historicamente conquistados, organizados e sistematizados, promovendo muitas perdas na qualidade da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os vários desafios elencados, tanto a nível nacional como estadual, no desenvolvimento da educação básica, a formação docente e sua atuação ainda é um dos principais. Com as mudanças que houveram no currículo com o NEM, muitas áreas tem perdido carga horária para ampliação da parte diversificada. O que tem fragilizado não apenas a consolidação de algumas disciplinas, mas também a identidade do professor, que por muitas vezes acaba por possuir uma carga horária duas, três vezes maior de outra disciplina, do que mesmo de sua área de formação.

Neste sentido, a pesquisa nos revela que, não diferente da realidade do país, a oferta do ensino de Sociologia na Paraíba também se encontra fragilizada, por diferentes motivos, dentre estes o fato de que muitos professores desse componente curricular estão assumindo disciplinas como Projeto de Vida e/ou outras disciplinas da parte diversificada, para complementação de carga horária.

No entanto, observamos que nos documentos regulatórios do modelo de ensino não há orientações específicas de quais/que profissionais devem assumir esses componentes, aponta-se apenas para que haja uma identificação do mesmo para com a proposta. Entretanto, verifica-se que uma possibilidade e critério de definição é a reduzida carga horária de profissionais que estão atuando no ensino médio. Essa temática apresenta-se de forma extremamente complexa e pouco estudada, o que nos revela que ainda há muito a ser estudado, discutido e analisado sobre.

Nosso esforço nesse trabalho não foi em avaliar a prática docente, mas sim em compreender como está sendo implementada essa política educacional no Estado da Paraíba, quem são os docentes e como apresenta-se o ensino da parte diversificada do currículo nos dias atuais. Nesse sentido, a pesquisa apresentada nos possibilitou identificar os esforços, conflitos,



experiências e aprendizados no decorrer da construção do que é ser professor para o modelo de escola integral e mais especificamente, no Novo Ensino Médio. Assim como as questões sobre a identidade do professor e a crise desta que por várias vezes enfatizamos ao longo do texto.

Com a realização dessa pesquisa constatou-se que, o suporte e as formações sobre a parte diversificada, para os professores que atuam nas referidas disciplinas, ainda é bem discreta e pontual por parte dos órgãos competentes da SEECT. Portanto, essa pesquisa nos revela dados que consideramos preocupante, uma vez que mais especificamente, as disciplinas de Projeto de Vida demonstram exigir um rigor metodológico e emocional e sabe-se que nem todos os profissionais apresentam tais características ou sentem-se à vontade para atuar nessa área.

A temática sobre o perfil profissional e a proposta curricular do NEM precisa urgentemente ser mais explorada, pois esse campo de pesquisa ainda é restrito. Muitos aspectos tem se desencadeado entre o ser professor e sua experiência de ensino na educação básica. Por isso, afirmamos a importância desse trabalho que certamente irá contribuir como fonte de estudo e de consulta não só para quem desejar pesquisar sobre, mas também para os professores que atuam com as disciplinas da parte diversificada, pois o mesmo dispõe de relevantes informações e dados sobre o exercício docente e os desafios que o cercam.

Destarte, desejamos que este trabalho e as considerações aqui apresentadas longe de serem conclusivas venham auxiliar aqueles que buscam conhecer mais sobre o NEM e o modelo de escolas integrais na Paraíba e que este possa vim suscitar novas pesquisas possibilitando assim contribuir de forma positiva com a compreensão e prática docente dos professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília-DF: Ministério da Educação, [1996]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016. **Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral**, criada pela Medida 107 Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, 11 out. 2016, seção 1, p. 23-25

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. **Estabelece a nova reforma do Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2017]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem”**



partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HANDFAS, A. Constituição e consolidação do ensino de Sociologia enquanto subcampo de pesquisa. Entrevista concedida a Cristiano das Neves Bodart. In: **Revista Café com Revista Perspectiva Sociológica**, n.º 21, 1º sem. 2018, pp. 41-53. Sociologia, vol. 6, n. 2, pp. 415-425, mai./jul. 2017. Disponível em: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/860/pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

KUENZER, Acácia Zenaida. **Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível.** Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 38, n139, p. 331-354, 2017.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. **A base nacional comum curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

NEIRA, Marcos Garcia. JÚNIOR, Wilson Alviano. ALMEIDA, Déberson Ferreira de. **A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes.** EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 41, p. 31-44, set./dez. 2016, p. 31- 44.

NERI, M. O paradoxo da evasão e as motivações dos sem escola. In: VELOSO, F. et al. (Org.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro.** Rio de Janeiro: Elsevier, p.171-188, 2009.

PARAÍBA. **Normativa 410/2021 - Novo Ensino Médio (CEE-PB).** Disponível em: <<http://cee.pb.gov.br/resolucoes/resolucoes-normativas/>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

PARAÍBA. **Proposta Curricular da Paraíba para o Ensino Médio.** SEECT: Paraíba, 2021. Disponível em: <<https://pbeduca.see.pb.gov.br/p%C3%A1gina-inicial/propostas-curriculares-da-para%C3%ADba>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PARAÍBA. Secretaria Estadual de Educação. **Diretrizes Operacionais para o funcionamento das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas & Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas da Paraíba.** 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13yxdxYYrLw8zn_EzuEMdh0G1-wkTYeJ0/view> Acesso em: 30 jun. 2022.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.